

## Risco, Trauma e Sociedade

**“O estudo do fenómeno da automobilização das sociedades tem um cariz marcadamente transdisciplinar.”**

Manuel João Ramos em  
*A Automobilização do Pensamento Selvagem*

Quando, face a uma colisão, despiste ou atropelamento, falamos de “acidente” estamos a construir a sua “naturalidade”, a delegar no acaso, no destino, a responsabilidade social e individual pelo que de disfuncional ocorre nas estradas. Na estrada, como perante a maior parte das situações de potencial consequência traumática (catástrofes naturais ou induzidas pela acção humana – guerras, tsunamis, incêndios, fomes, e mesmo crimes ecológicos) continuamos a pensar com recurso a categorias forjadas para um tempo em que as fomes, pestes, guerras e outros males eram percebidas como um castigo divino, ou uma obra do demónio. Nenhuma ciência, por si só, é capaz de inverter estas reminiscências, que povoam a modernidade no seu próprio bojo. Porém, passaram a ser notórias as formas de impotência humana no seu trabalho de submissão da natureza, traduzida na célebre teoria social do risco de Beck 1986.<sup>1</sup>

Da mesma maneira que o nosso cérebro mantém vivas as reminiscências do réptil, também o modo como percebemos, gerimos e representamos o risco e as suas consequências traumáticas, com recurso às técnicas e às metodologias científicas, evidencia que nesses instrumentos e nesses recursos sobreviveram determinações ancestrais, alojadas no nosso inconsciente colectivo e no nosso património memorial.

Foi esta constatação que nos fez preparar a realização de um mestrado de investigação transdisciplinar, centrado nas ciências sociais, mas com uma explícita intenção de o abrir às ciências de saúde, aquelas onde é mais evidente – do lado das vítimas – a nefasta consequência humanitária da falta de cooperação no prevenir e no gerir uma rede de trauma, capaz de fazer face a situações que temos continuado a tomar como “fatais como o destino”.

Este mestrado nasceu da urgência moral (e, portanto, política) de ultrapassar o autismo e o provincianismo a que uma excessiva especialização pode conduzir. Pretendemos produzir instrumentos intelectuais de compreensão das crises traumáticas e avaliar os meios requeridos para lhes responder de forma estruturada e englobante.

Mestrado de investigação não quer dizer dirigido a investi-

gadores, mas antes a profissionais que possam colaborar com investigadores, conjuntamente empenhados em explorar as fronteiras do saber que separam e unem os campos das ciências sociais e das ciências da saúde. O que há a descobrir estará, muito provavelmente, à superfície, como o ouro estaria em El Dourado. Será necessário saber distinguir o que há de precioso naquilo que já cada um sabe, mas que só em conjunto se revelará. Cabe aos académicos produzir as condições de oportunidade para testar as capacidades disponíveis: as suas – o que é o menos – e a dos mestrandos, queiram eles tornar-se excelentes e informados profissionais em qualquer campo de aplicação, abertos à ciência viva, experimental e experimentada.

O mundo vive uma extraordinária mutação tecnológica, em que a novos materiais se reúnem pastas geneticamente elaboradas e circuitos electrónicos para tantas finalidades, que nos parecem infinitas, como a nossa ignorância. A ficção científica está a tornar-se realidade, ao mesmo tempo que cada vez mais partes dos nossos corpos são substituídas por outras mais funcionais, ameaçando permitir-nos viver por mais de um século de cada vez. Para gerir e entender tudo isso é precisa cada vez mais inteligência. Inteligência das profissões técnico-científicas, cada vez mais volumosas. Inteligência dos cérebros computadorizados, que assaltam o nosso quotidiano profissional e pessoal. Inteligência emocional, para fins organizacionais em sistemas cada vez mais abertos, para fins sociais em sociedades complexas, em que o modernismo encobre a barbárie, em que os processos de modernização encobrem o empirismo dos poderes fácticos. Inteligência ética, indispensável à felicidade individual e colectiva.

Para que nos servirá sermos excelentes tecnicamente, se não formos capazes de nos integrarmos nas ondas de transformação técnicas e sociais, políticas e institucionais, que se viverão nas próximas décadas, em modo acelerado, como no cinema mudo? De que servirão cursos de aplicações, sem que os respectivos potencialidades e limites possam ser sistematicamente avaliados à luz de objectivos mais abstractos e gerais, que a todos dizem respeito e de todos merecem respeito. É nesse sentido, para que por uma vez, em casa de ferreiro o espeto não seja de pau, o mestrado a que aludimos endereçou convites a diversas entidades, públicas, privadas e associativas, para que colaborem no acompanhamento e avaliação do curso, dos professores e dos alunos, para que seja possível à coordenação – com outro distanciamento – realizar os ajustamentos que forem necessários e possíveis, a cada momento, que é a melhor forma de aprendizagem que se conhece: o empenhamento firme em seguir convicções, até ao fim.



António Pedro Soares

A saúde tem sido encarada, no Ocidente, como um serviço social, da mesma maneira que qualquer serviço público com *back-office* para processar (não papel, mas) pessoas com patologias. Vejam-se as urgências: chega um candidato a doente, passa várias barreiras de segurança e chega à área médica. Um “Sr. Dr. dói-me muito a cabeça!” vale mais do que um traumatismo craniano de alguém que não pode reclamar a atenção. Já não é a caridade o valor fundador da ética hospitalar, evidentemente, mas também não é tanto a prevenção da saúde como o são o controlo financeiro e os negócios. Novíssimas práticas terapêuticas, como a premiada alimentação racional para portadores de cancro ou técnicas paliativas da dor, revelam-nos a importância da distração substituída pelas orientações mono-disciplinares. Tal como noutras áreas sociais, a pressão política por via dos controlos administrativos de índole financeira descobrem partidários de velhas e novas práticas, ao mesmo tempo competidores para prestarem cuidados às populações e concorrentes, em particular na luta por conseguirem obter recursos logísticos e profissionais para executarem o que sabem poder vir a salvar vidas.

O mestrado que coordenamos define-se por assumir o empenho em ver realizados projectos inovadores, concretamente as redes de trauma, sem prejuízo de vir a estender os seus interesses, porque se sabe que apenas a colaboração articulada entre peritos de saúde, logística e ciências sociais (incluindo ciências económicas) será capaz de produzir a capacidade desejada. Quer dizer: é para efeitos práticos que é preciso criar uma linguagem comum, recursos de tradução, que são afectivos – na camaradagem das aprendizagens – e efectivos – através dos conceitos e teorias mobilizados para as aulas e para as teses de mestrado. Por isso se diz, nada mais prático que uma boa teoria, uma teoria com capacidades de orientação prática, que tem que ser testada em termos académicos para poder ser transmitida, em volume suficiente para transformar um núcleo primário de entusiastas de um projecto operacional e conhecedor dos respectivos objectivos, capaz, portanto, de se adaptar instantaneamente às vicissitudes e contingências da vida.

O risco é planetário, mas também local; o trauma é imenso, pode ser prevenido se deixar de ser secreto (toda a gente sabe, mas cala e consente); a sociedade admite – e pede – profundas transformações. Se o preço do petróleo não para de aumentar, há que transformar radicalmente as fontes de energia, como há décadas se sabe. Será que se pode aproveitar para reconstruir as infraestruturas logísticas (incluindo a cultura cívica perante os riscos dos transportes) de modo a atingir o objectivo de baixas zero? Se isso fosse possível, em vez dos números de mortos, passariam à primeira prioridade os números de feridos graves, e novas batalhas seriam atribuídas a novas gerações. Nessa altura, será que os automóveis continuarão a manter o mesmo fascínio, ou serão excluídos como o foram as centrais nucleares?

Os fogos florestais manterão a sazonalidade? E as guerras poderão acabar quando os cereais que sobram no Ocidente poderem alimentar os povos com fome? A protecção civil será mais forte do que os militares, na logística, claro?

Adivinhar o futuro não é a nossa vocação. Construir o presente, porém, exige de nós capacidade de antecipação dos nossos próprios desejos, com vista à sua realização em ambientes hostis, como são sempre os ambientes sociais rotineiros e institucionalizados. O nosso primeiro exercício não será queixarmo-nos dos outros por não saberem o que nós sabemos (sabemos?). O nosso horizonte é vago e longínquo, os nossos pés assentes na terra, com objectivos de curtíssimo prazo (organizar um mestrado), de curto prazo (produzir linguagens de tradução entre os profissionais de saúde e os profissionais das ciências sociais), de médio prazo (fornecer técnicos altamente qualificados à rede de trauma e outras instituições adjacentes) e de longo prazo (participar numa rede de investigação e profissionalização multidisciplinar interactiva e ligada aos desejos expressos, mas sobretudo latentes, dos seus alunos).

António Pedro Soares

Manuel João Ramos

Coordenadores do Mestrado “Risco, Trauma e Sociedade”, 2005/06, organizado pelo Departamento de Sociologia do ISCTE  
<http://home.iscte.pt/~apad/risco/indexrisco.htm>

<sup>1</sup> Beck, Ulrich, *Risk Society*, Oxford, Sage, 1986.